

Os impactos da educação financeira sobre o endividamento: um estudo realizado no Estado de São Paulo

Beatriz Vieira Coimbra
Mateus Oliveira Gomes Bonifácio
Matheus Leônidas Welling
Douglas Dias Bastos

RESUMO

A educação financeira é um fator de extrema importância para todos os indivíduos, pois influencia tendências de mercado, promove alterações no comportamento dos consumidores e molda o entendimento das decisões econômicas. Este trabalho tem como objetivo pesquisar a relação que a educação financeira e o planejamento financeiro têm sobre o endividamento pessoal, levando em consideração a baixa disseminação do conhecimento financeiro na sociedade. O trabalho resume brevemente a educação financeira no cenário brasileiro e sua aplicabilidade, além de definir o conceito de endividamento e examinar seus motivos e prevenções. Realizou-se uma pesquisa pelo método quantitativo, com uma estratégia de pesquisa descritiva. A coleta de dados foi por meio de um questionário com perguntas fechadas. A amostra é composta por 353 respondentes, na faixa de 18 a 60 anos de idade, residentes no estado de São Paulo. Utilizou-se a análise descritiva para tratamento dos dados, e por fim foi empregada a análise fatorial, pelo método de “componentes principais”. Mediante análise dos resultados obtidos, foi possível estudar a questão central da pesquisa quantitativa. Os resultados indicam que boa parte dos indivíduos possui um nível básico de conhecimento em finanças pessoais e realiza certo planejamento financeiro. Ademais, a maioria dos respondentes possui um grau de endividamento baixo e procura informações e conhecimento acerca de investimentos financeiros.

Palavras-chave: Educação financeira. Endividamento. Planejamento financeiro

1. Introdução

Atualmente, segundo o Sumário Econômico nº 1611 da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), mais da metade das famílias brasileiras estão endividadas, cerca de 65,1% em fevereiro de 2020. Esse número inclui dívidas com cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de lojas, empréstimo pessoal, prestação de carro e seguro.

De acordo com os dados apresentados pelo Serasa Experian, em abril de 2019 o número de consumidores brasileiros inadimplentes chegou a 63,2 milhões. Portanto cerca de 40,4% da população brasileira apresentava dívidas atrasadas e negativadas. Na comparação feita com abril de 2018, a relação apresentou um aumento de 3,2%, ou seja, cerca de dois milhões de pessoas passaram a fazer parte dos brasileiros inadimplentes.

Uma pesquisa feita em 2018 pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), SPC/Serasa Brasil e o Banco Central do Brasil revelou que cerca de 36% dos brasileiros não realizam controle de suas finanças. Afirmam que esse é um dado preocupante,

levando em consideração que o controle de finanças em suma é caracterizado pelo equilíbrio entre receitas e despesas, fator determinante para a prevenção ao endividamento.

Por conta desse cenário, a inserção da educação financeira nas escolas é um tema discutido nos dias de hoje. De acordo com o site Agência Brasil, o Conselho Nacional de Educação (CNE), homologado pelo Ministério da Educação (MEC), as escolas de ensino infantil e fundamental pretendem adequar suas grades curriculares para incluir a educação financeira em 2020.

Além disso, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), disponibiliza em seu site livros didáticos gratuitos e outros materiais informativos a respeito de educação financeira. Os materiais disponibilizados contemplam o ensino fundamental e o ensino médio, oferecendo inclusão para os jovens acerca de assuntos financeiros.

Diante dos assuntos abordados, o presente trabalho busca responder o seguinte problema de pesquisa: **Há relação entre a falta de educação financeira e a propensão ao endividamento dos residentes do estado de São Paulo?**

Este trabalho tem como objetivo geral analisar os impactos da educação financeira frente ao endividamento.

Em virtude das informações apresentadas, os objetivos específicos dessa pesquisa são:

- Entender o que é educação financeira;
- Analisar como a educação financeira impacta na administração dos recursos financeiros dos brasileiros;
- Relacionar o nível de endividamento com o cenário econômico atual do Brasil;

Nota-se nos dados apresentados anteriormente um número elevado de brasileiros endividados, bem como os que não realizam controle de suas finanças pessoais. Assim, avaliar neste presente trabalho se há relação entre a falta de educação financeira e endividamento é uma oportunidade de entender o impacto que o conhecimento acerca de assuntos financeiros possui na vida financeira dos brasileiros.

2. Referencial teórico

Este capítulo possui como objetivo resumir brevemente o que caracteriza a educação financeira no Brasil, bem como a sua aplicabilidade, além de definir o que é endividamento, sua causa, prevenção e nível dentro do cenário brasileiro.

2.1 Educação financeira

De acordo com o dicionário Michaelis, a palavra “educação” é proveniente do verbo “educar”, que por sua vez tem sua origem no latim como *educare*, que expressa a ideia de orientar e conduzir, demonstrando o conceito de promover o desenvolvimento intelectual. Já a palavra “financeira”, originada do termo “finança” que provém do francês *finance*, se refere ao compromisso de responder a sua obrigação para com outro indivíduo.

“Educação financeira é o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro” (OCDE, 2005).

Conforme Remund (2010), a definição de educação financeira consiste na proporção em que um indivíduo compreende os principais conceitos financeiros e consegue de maneira hábil e segura administrar suas finanças pessoais, levando em consideração o curto prazo, longo prazo e as condições econômicas.

Segundo Greenspan (2002), educação financeira tem como objetivo agregar conhecimentos financeiros com a finalidade de possibilitar o indivíduo a elaborar orçamentos e investir de maneira estratégica a fim de auxiliar nas tomadas de decisões. Além disso, a educação financeira auxilia na administração dos recursos financeiros de famílias, podendo contribuir com o seu bem estar financeiro e no cumprimento de obrigações a curto e longo prazo.

Breitbach e Walstad (2016) apontam que os níveis de educação e níveis de conhecimento financeiro em jovens adultos são altamente proporcionais e coeficientes. Tal afirmação está em linha com a literatura, e os autores ainda explicam, que para os indivíduos com maior acesso à educação é menos custoso aprender mais tópicos financeiros, pois já tem um certo nível conhecimento geral (*overall knowledge*) e habilidades de aprendizado que agilizam seu entendimento a respeito de finanças. Outro dado importante revelado em sua pesquisa é que há uma diferença muito significativa entre o nível de conhecimento financeiro entre indivíduos empregados e desempregados ou que não são considerados “*work force*”.

2.2 Surgimento da educação financeira

Cosenza e Calife (2014) afirmam que até o fim dos anos 1990 o tópico “educação financeira” era muito restrito a dicas de investimento em produtos do mercado financeiro, buscando ensinar principalmente como multiplicar um montante já existente. Não eram abordados conceitos e conhecimentos necessários para se chegar a tal estágio. Os altos índices de inflação, crédito escasso e pouca disseminação da informação caminhavam em direção a um cenário em que poucos cidadãos conseguiam se planejar financeiramente, seja a curto ou a longo prazo.

Para Cosenza e Calife (2014), impulsionada pelo sucesso do Plano Real, a melhora da situação econômica a partir dos anos de 1999 levou a diminuição da instabilidade econômica e o conceito de educação financeira passou por uma mudança. Eles mencionam dois grandes fatores que foram importantes para a mudança no cenário brasileiro: o controle da inflação e a expansão da bancarização. Mais tarde, a disseminação do crédito foi um catalizador para o processo de aprimoramento do conhecimento financeiro da sociedade brasileira, visto que com a vida financeiramente estável o brasileiro de classe média poderia passar a ter uma preocupação maior com o longo prazo. A demanda por informações de planejamento e conhecimentos financeiros aumentou e os primeiros conceitos começaram a ser disseminados.

Cosenza e Calife (2014) também afirmam que o processo de “construção” da educação financeira até os tempos atuais pode ser dividido em três fases bem definidas e com suas próprias peculiaridades. Inicialmente, as orientações financeiras eram direcionadas para um grupo seletivo de consumidores, preocupados principalmente com o destino de seus investimentos, visando sua independência financeira. Em um segundo momento, com a mudança do cenário econômico do país, a melhora da qualidade de vida em geral da população e a disponibilização do crédito, o consumo passou a ser peça-chave do crescimento do país e o maior símbolo de ascensão social, inclusão econômica e sucesso. Neste período a educação financeira passou a ser vista como resposta ao endividamento e a inadimplência resultantes do consumo excessivo. Por fim, a educação financeira chega ao período atual, com o objetivo de promover uma relação saudável do brasileiro com o dinheiro. Com um enorme potencial para contribuir com a construção de uma economia muito mais sólida onde o melhor sinônimo de prosperidade é o equilíbrio no hoje e a conquista de patrimônio no futuro.

Mesmo com os fatos atestados no parágrafo anterior, há uma grande estrada a ser percorrida pelos brasileiros. Uma pesquisa realizada no início de 2020 pelo SPC Brasil, Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e Banco Central do Brasil (Bacen) em 12 capitais brasileiras no início de 2020 revelou que 52,1% dos brasileiros entrevistados ainda não tem o hábito de poupar. O levantamento ainda revela que dos 62% dos entrevistados que afirmam ter o costume de guardar dinheiro têm como preferência a poupança, a segunda opção mais mencionada pelos entrevistados também é desanimadora, onde 27,1% afirmam que preferem guardar o dinheiro em casa e 23,1% afirmam que apenas mantém o dinheiro na conta corrente. Dentre as opções de investimento em renda variável ou renda fixa as mais citadas são fundos de investimento (6,5%) e Tesouro Direto (4,7%). É importante ressaltar que no cenário atual o rendimento da poupança serve em grande parte apenas para manter o poder de compra do valor investido, desta maneira, não há ganhos reais para o investidor. A necessidade de se proteger contra imprevistos (49,8%) e garantir um futuro melhor para a família (40,2%) foram as principais finalidades elencadas pelos entrevistados que buscam construir uma reserva financeira.

2.3 Educação financeira no Brasil atualmente

Em 2010, por meio do Decreto Federal 7.397/2010, foi criada a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). De acordo com o site oficial, a ENEF foi criada através da articulação de nove órgãos e entidades governamentais e quatro organizações da sociedade civil, formando o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF).

Segundo a ENEF, a estratégia é definida como: “uma mobilização multissetorial em torno da promoção de ações de educação financeira no Brasil” que foi instituída como política de Estado de caráter permanente. O objetivo é contribuir para que a cidadania se fortaleça, de forma que as pessoas possam tomar decisões financeiras mais autônomas, conscientes e assertivas, fornecendo e apoiando ações para isso, dessa maneira também aumentaria a eficiência e solidez do sistema financeiro.

A ENEF destaca também a importância de melhorar o grau de educação financeira da população brasileira, uma vez que, nos últimos anos, o Brasil tem visto sua economia se desenvolver e cada vez mais pessoas com acessos a produtos e serviços financeiros.

No relatório anual da Associação de Educação Financeira no Brasil (AEF-Brasil), pode-se observar alguns projetos realizados no país para que cada vez mais o assunto seja disseminado, como é caso do Projeto Itinerante de Educação Financeira. Este projeto teve início em 2017, em parceria com o Serasa Consumidor e Serasa Experian, onde a empresa percorreu diversos municípios em todo o país, disponibilizando ferramentas para ajudar consumidores, empreendedores e empresas na busca de melhores soluções, como reduzir risco de crédito, evitar fraudes, vender a prazo com segurança e identificar parceiros.

O Banco Central do Brasil (Bacen), a fim de colaborar com a inclusão dos brasileiros acerca de assuntos financeiros, criou o programa Cidadania Financeira. O programa tem como objetivo proporcionar a educação financeira, bem como auxiliar os cidadãos no acesso as informações disponibilizadas pelo Sistema Financeiro Nacional (SFN). No site do Bacen também são oferecidos materiais que auxiliam no planejamento financeiro, endividamento e investimentos, além de dois cursos gratuitos: Gestão de Finanças Pessoais e Formação de Multiplicadores da Série “Eu e Meu Dinheiro”.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), disponibiliza em seu site cursos gratuitos a distância, voltados para a educação financeira. Os cursos disponíveis são: Matemática Financeira Básica, Educação Financeira para Jovens, Poupança e Investimentos. Os cursos, além de abordarem assuntos teóricos, também auxiliam de maneira prática, ajudando os alunos em situações cotidianas.

A Bolsa de Valores (B3), também oferece materiais gratuitos sobre educação financeira em seu site. Um deles é a Planilha de Orçamento, que auxilia no controle das receitas, despesas e investimentos. A planilha é simples e eficaz, sendo didática para todos os usuários. A B3 também oferece vídeos sobre investimentos em seu canal do Youtube, abordando diversos tipos de produtos financeiros.

Além dos programas apresentados, de acordo com o site Agência Brasil é prevista a inclusão da educação financeira nos currículos da educação infantil e fundamental em 2020, segundo o CNE, homologado pelo Ministério da Educação (MEC). Porém, a inclusão do assunto nas escolas acaba se tornando um desafio, devido aos materiais didáticos para o ensino, bem como a capacitação dos professores. Portanto, de acordo com o presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Luiz Miguel Garcia, os ensinos infantil e fundamental da rede pública terão como foco em 2020 a formação dos docentes, para ser possível a inclusão de novas disciplinas nas grades curriculares.

2.4 Desafios da educação financeira no Brasil

De acordo com um artigo publicado pela ENEF, há diversos cenários e desafios para a educação financeira que são divididos em tópicos e explicados separadamente. Os tópicos apresentados são:

2.4.1 Planejamento financeiro

Segundo o artigo publicado pela ENEF, para o indivíduo pode ser complicado diferenciar a necessidade do desejo, bem como enxergar as consequências das decisões tomadas no presente a longo prazo. É citada por exemplo a propaganda que contém informações de todos os tipos, para que o cliente sinta a necessidade de obter certo produto, sendo apresentado aos compradores todas as características e qualidades da mercadoria ofertada, podendo conter mensagens que influenciam os pensamentos e sentimentos das pessoas, afetando assim a percepção e a avaliação do indivíduo, etapas as quais precedem o ato de decidir. Desta forma, é apresentado pelo artigo que mesmo que as pessoas tenham a consciência da necessidade de planejar, muitas vezes não conseguem transformar isso em ações realmente concretas, devido a todas as questões subjetivas que afetam a racionalidade, como por exemplo, a influência cultural e psicológica no comportamento individual.

2.4.2 Economia

De acordo com a ENEF, compreender os fenômenos que geram uma crise econômica nos países e como isso pode afetar seu país, além de entender o que deve ser feito para amenizar seus efeitos, são desafios que a educação financeira deve enfrentar. Acreditam que os cidadãos devem se conscientizar a fim de que percebam a importância da sua colaboração e do seu papel para a economia voltar ao seu crescimento esperado e que a população entenda o papel que o Banco Central exerce, para que haja uma estabilidade econômica.

A ENEF explica que o conhecimento dos conceitos econômicos, da forma de atuação do governo e do funcionamento da economia é fundamental para que as pessoas possam lidar e entender as questões enfrentadas no dia a dia. É apresentado no artigo que os conhecimentos econômicos se expressam em dois planos: microeconômico (esfera dos consumidores e poupadores) e na macroeconômica (todo universo da economia), onde no plano microeconômico é importante o indivíduo conhecer os conceitos de formação de preços de bens e serviços, assim como o funcionamento do mercado financeiro. No plano macroeconômico é necessário o conhecimento dos objetivos das políticas econômicas, controle de inflação e

equilíbrio de contas públicas, para que possam assimilar como tudo isso influenciará seu cotidiano.

2.4.3 Serviços financeiros

De acordo com a pesquisa, é necessário distinguir os diferentes graus de conhecimentos, de interesse e de intensidade de uso dos serviços financeiros, para que o público alvo da ação ENEF tenham pelo menos um conhecimento mínimo acerca deste assunto.

Para a ENEF, é necessário englobar, de acordo com o grau de conhecimento de cada um, a avaliação da qualidade da instituição que oferece os produtos de crédito ou de investimento. Afirmam que os riscos envolvidos na negociação de produtos financeiros, com empresas de origem desconhecida, são altos e o cliente deveriam saber quais são as fontes de informações disponíveis, para fazer a avaliação necessária.

2.4.4 Créditos e juros

O artigo apresenta o perigo que é o mito do dinheiro fácil, encorajado por diversas ofertas, como cartão de crédito, cartão pré-aprovado e prazos extensos. Para a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), é fundamental informar às pessoas a importância de um planejamento financeiro e de orçamento pessoal, para orientá-las a manter suas despesas no limite de sua renda. Mostram que as pessoas devem se atentar também a respeito dos financiamentos excessivos por meio da margem dos cheques especiais e dos cartões de crédito, devido às elevadas taxas de juros. Porém, em caso de compras financiadas, acreditam que os indivíduos devem conhecer as principais modalidades de crédito que pretendem usar, para evitar surpresas e escolherem de maneira mais consciente.

2.4.5 Investimentos

A ENEF ressalta a importância de um investidor ter a informação de seus direitos, pois sua falta pode contribuir para ocorrência de litígios entre os investidores e os intermediários, emissores ou prestadores de serviços financeiros que não tenham amparo legal. A ENEF afirma que “A falsa percepção de violação de direitos gera conflitos que produzem desgastes, e custos desnecessários para as instituições e os seus clientes e, coletivamente, pode reduzir a eficiência do mercado”.

Com isso, defendem a necessidade do entendimento da forma com que será exercido este direito, buscando sempre os meios mais adequados para defendê-los, uma vez que, conhecendo as garantias e todas as formas de proteção aos seus investimentos, podem recorrer diretamente aos instrumentos já existentes, abreviando o processo de esclarecimento de situações de conflito ou de dúvida.

2.4.6 Seguros

Para a ENEF, o principal desafio da educação financeira em seguros será proporcionar à população um melhor entendimento sobre as operações, tendo que lidar, simultaneamente, com a diversidade de agentes que atuam neste mercado, com a complexidade dos produtos comercializados e com a crescente demanda por novas coberturas.

O artigo nos mostra que os graus de conhecimento sobre seguros são diferentes nas várias camadas da população e variam de acordo com a idade, formação acadêmica, profissão e a renda. Dizem então que cabe a um programa de educação financeira voltado a esse assunto adaptar-se, de modo que abranja todo o público-alvo e os corretores, por já exercerem funções

de orientadores de seus clientes, devem ser objetos de ações específicas de educação financeira, podendo atuar como multiplicadores.

2.5 Endividamento

Em artigo publicado pelo Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (2002), o endividamento é definido como saldo devedor de um indivíduo e este pode resultar apenas de uma dívida ou de mais do que uma simultaneamente. Um relatório publicado pelo Observatório de Endividamento dos Consumidores da Universidade de Coimbra também aborda o sobre-endividamento. O termo é definido subjetivamente e objetivamente. Segundo o artigo, o modelo subjetivo entende o sobre-endividamento como a situação em que o devedor se ache impossibilitado de cumprir com os seus compromissos financeiros, sem pôr em risco a subsistência do agregado familiar. O modelo objetivo e quantitativo de sobre-endividamento considera como sobre-endividados aqueles cujo grau de esforço ultrapassar um certo nível (valor crítico). O BACEN define como endividado “alguém que tem o pagamento de parcelas a vencer de compras realizadas a prazo ou de empréstimos feitos”.

O conceito de endividamento não é recente, embora catalisado nos últimos séculos devido a transformação nos modos de consumo e o domínio cada vez maior da cultura ocidental. Greenberg (1980) nota em seu livro que a obrigação de repagar ao outro um benefício previamente concedido é algo notado na história da interação humana.

Tendo-se definido o conceito de endividamento, é possível investigar sua influência no comportamento humano. Tolotti (2007) afirma que o endividamento tem um componente psicológico, no qual a lógica desta problemática é formada por duas vertentes inseparáveis: o aspecto financeiro (objetivo e consciente) e o aspecto afetivo (subjetivo e inconsciente).

Bauman (2010) investiga a mudança na mentalidade líquido-moderna de consumo da sociedade americana, que após o surgimento e popularização dos cartões de crédito passou da “mentalidade de se privar de certas alegrias, gastar com responsabilidade e adiar a satisfação” para “desfrute agora e pague depois. obtenha as coisas quando desejar, não quando ganhar o suficiente para obtê-las”. A inversão da ordem dos fatores faz com que o preço a ser pago seja maior devido ao sentimento de pressa. Bauman (2010) ainda cita Ben Paris, porta-voz do Debt Mediators Australia, associação dos mediadores de crédito australianos, afirmou que os jovens têm o hábito de se endividar acima dos próprios recursos. “Todo ano falamos com 25 mil jovens em dificuldades financeiras; e só estamos vendo a ponta do iceberg. Uma raça de devedores eternos e a autoperpetuação do “estar endividado”, à medida que fazer mais dívidas é visto como o único instrumento verdadeiro de salvação das dívidas já contraídas. Afirma que hoje ingressar nesta condição é mais fácil do que nunca na história, assim como escapar dessa condição jamais foi tão difícil.

Guttman e Plihon (2008) classificam o período iniciado na década de 1930 como economia do endividamento: “marcado pelo contínuo financiamento do gasto excedente a partir da emissão de dívida (e sua monetização automática) pelo sistema bancário”. Afirma-se que nesta economia do endividamento que se estruturou no período pós guerra, a capacidade de gerar crédito barato ajudou governos e empresas em a sair de déficits orçamentários, otimizar seu fluxo de caixa e adotar tecnologias de produção em massa. Junto a isso, “as políticas keynesianas expansionistas floresceram em tal regime monetário. Foram fornecidos a ambos os setores, público e privado, fundos abundantes para manter a elevação contínua nos níveis de endividamento, sustentando a aceleração dos gastos. Em tal ambiente favorável, não demorou muito para que a “economia do endividamento” se estendesse ao consumo das famílias, o maior componente de gasto da economia que absorve, tipicamente, dois terços da demanda agregada nas nações industrializada”. Tal cenário visto nos EUA, não demorou a ser reproduzido nas

demais economias ao redor do globo e durou até a década de 1970, quando o cenário das economias mundiais progrediu para, segundo os autores, o capitalismo conduzido pelas finanças ou *finance-led accumulation regime*. O endividamento das famílias e empresas neste período foi um pilar para o cenário atual e ajuda na concepção do que entendemos do conceito de endividamento.

2.6 Nível de endividamento dos brasileiros

Segundo dados fornecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em pesquisa *Educação financeira: orçamento pessoal e endividamento*, realizada em conjunto com a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas e SPC Brasil, publicada no início do ano de 2019, cerca de 36% dos brasileiros não realizam controle do orçamento mensal, de nenhuma forma, seja por aplicativos, planilhas ou por escrito. Dentre os que negligenciam o controle do orçamento, as justificativas passam por acreditar que não precisam anotar tudo, apenas a conta de cabeça funciona (22,6%), não ter disciplina para controlar todos os gastos (18,1%), preguiça (12,4%) e falta de tempo (11,3%).

A pesquisa do BACEN (2019) aponta que 44% dos entrevistados estiveram com o nome sujo nos últimos 12 meses, porém 14,4% já tinham o nome limpo quando a pesquisa foi feita. Além disso, apenas 15% dos entrevistados entendiam o conceito de endividamento. Um dos fundamentos da educação financeira é o equilíbrio entre receitas e despesas, sendo este o principal pilar para a saúde financeira e o cumprimento de objetivos pessoais. Assim sendo, tais informações se mostram relevantes ao investigar a dimensão e impacto das finanças/conhecimento financeiro no nível de endividamento dos brasileiros. Muitos dos motivos para o aumento do endividamento estão listados acima, e poderiam facilmente com o aumento do acesso à informação.

Uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) em conjunto com o SPC Brasil em agosto de 2018 revelou que o número de indivíduos em cadastros de restrição de crédito ultrapassava os 60 milhões e corresponde a mais de 40% da população adulta do país. A pesquisa também buscou identificar o perfil do endividado brasileiro, os resultados apontam que 42,2% são homens e 57,8% mulheres. A média de idade dos endividados é de 36 anos, sendo o grupo entre 25 e 34 anos onde a maior parte dos endividados estão localizados (28,9%). 59,4% possuem segundo grau completo ou incompleto. Em relação as classes sociais, o predomínio expressivo é das classes C, D e E, representando 93,3% dos endividados.

Uma informação importante também revelada pela pesquisa é de quais compromissos mais costumam levar a negativação do consumidor, o crediário e as parcelas do cartão de crédito foram os mais citados, seguido pelo empréstimo pessoal e o empréstimo consignado. 46% dos entrevistados afirmam que não teriam capacidade de quitar suas dívidas nos próximos 3 meses, já os 54% que acreditam ter condições de quitar suas dívidas, pretendem fazer tal a partir de acordos com o credor/parcelando o valor que estava em débito (37%); fazer cortes nos gastos (19%) ou gerar alguma renda extra (18%).

Por fim, a pesquisa aponta a preocupação com a reincidência das dívidas. A média de negativações foi de 1,6 nos últimos 5 anos, número considerado alto por especialistas. Cinco em cada dez pessoas ouvidas estiveram negativadas uma vez nos últimos cinco anos (52,2%), enquanto 17,9% estiveram negativadas duas vezes e 6,2% por mais de três vezes. Dentre os que estão com o nome sujo e ainda têm dívidas com o pagamento pendente, 48,6% buscaram resolver a situação e 51,4% não buscaram, sendo que 42,9% não conseguiram e 8,5% não têm interesse na resolução.

2.7 Endividamento e o cenário atual do Brasil

Foi realizada uma pesquisa pela Febraban com os 17 principais bancos do cenário nacional e publicada em fevereiro de 2020 (Pesquisa Febraban de Economia Bancária e Expectativas), com o objetivo de coletar projeções para o mercado de crédito brasileiro, como o crescimento esperado para a carteira de crédito total do SFN, da carteira direcionada, livre, e outras desagregações, assim como a taxa de inadimplência da carteira livre. Nesta pesquisa foi questionado aos participantes sobre o aumento recente do endividamento/comprometimento das famílias, 93,8% dos participantes selecionaram a opção: “é algo para ser observado, mas ainda não preocupa. O crescimento mais robusto do crédito, em relação ao mercado de trabalho pode gerar problemas futuros. Mas, ainda estamos relativamente distantes de tal situação”. Cenário diferente da última pesquisa, realizada em dezembro de 2019, quando 7,1% dos participantes apontaram que era algo preocupante, agora, na pesquisa mais recente, ninguém escolheu tal opção (foram selecionadas apenas as opções que é algo a ser observado/não preocupa). Vale lembrar que a carteira de crédito livre fechou 2019 com expansão anual de 14,1%.

De acordo com a pesquisa, a expansão média projetada para a carteira total de crédito em 2020 é de 8,0% (ante 8,2% em dez/19). Afirmam que mesmo que a preocupação com crescimento do crédito disponível não seja grande, o controle de tal situação se faz vital para que não se tenha um aumento considerável da inadimplência e conseqüentemente do endividamento dos brasileiros. Fatores que podem influenciar e são importantes para impedir uma piora na inadimplência são: Selic historicamente baixa e a recuperação econômica e do mercado de trabalho.

2.8 Sistemas score de crédito

De acordo com o site oficial do Serasa, o score de crédito é a pontuação que resulta do relacionamento do consumidor com o mercado e é um dos modelos estatísticos existentes para a análise de risco de crédito.

Segundo o Serasa, a pontuação é determinada pela análise de diversos fatores como pagamentos de contas em dia, histórico de dívidas negativadas, relacionamento financeiro com empresas e dados cadastrais atualizados. O peso de cada informação do score de crédito é definido de acordo com um estudo do comportamento histórico de grupos de indivíduos não identificados, com pessoas de perfis financeiros parecidos.

Explicam que o score de crédito varia de 0 a 1.000 pontos, sendo assim, quanto maior for o score, menores são as chances de inadimplência nos próximos 12 meses, tendo maior facilidade no mercado de crédito. Explicam ainda que a pontuação aumentará se o consumidor limpar seu nome, pagar as contas em dia e manter seus dados cadastrais atualizados.

O site mostra por fim que com essa análise, as instituições financeiras possuem um importante instrumento para tomada de decisão, podendo aceitar ou rejeitar o pedido de crédito feito pelo cliente. Essa tomada de decisão leva em conta o score do cliente com a possível ocorrência de inadimplência.

2.9 Mercado de crédito no Brasil

De acordo com o dicionário Michaelis, a origem etimológica do termo crédito deriva do latim *credītus*, que significa acreditar, ter confiança. Portanto, é necessário que haja confiança por parte do credor de que a obrigação será cumprida pelo devedor. Com isso, é possível perceber que o crédito tem como objetivo de facilitar as intermediações financeiras, de modo a

gerar um maior fluxo de capital e possibilitar as compras, trocas e cumprimento das obrigações de seus usuários.

Diante das variadas necessidades dos clientes, as instituições financeiras tiveram que criar diversas modalidades de crédito. “O mercado de crédito é constituído em sua essência pelos bancos comerciais/ múltiplos. O objetivo básico desse mercado é o de suprir as necessidades de recursos de curto e médio prazos dos diversos agentes econômicos, seja pela concessão de créditos às pessoas físicas, seja por modalidades de empréstimos e financiamentos às empresas” (ASSAF NETO, 2014).

Segundo o Banco Central do Brasil, empréstimo consiste em um contrato entre o cliente e a instituição financeira, no qual o cliente recebe uma quantia, que deverá ser devolvida no prazo determinado e acrescida dos juros, porém nessa modalidade o capital obtido não possui destinação específica. Já no financiamento existe uma destinação específica para o dinheiro, como por exemplo a aquisição de um veículo ou um imóvel.

Para Kerr (2011), os instrumentos de crédito mais utilizados pelas pessoas físicas no Brasil são: cheque especial, crédito pessoal, cartão de crédito, crédito consignado e CDC. Além disso, a definição dos produtos segundo o autor:

- **Cheque especial:** consiste em um contrato entre o banco e o correntista, para que este tenha um crédito de determinado valor automaticamente disponível em sua conta corrente em caso de necessidade. O correntista só incorre em juros e outros encargos se utilizar o crédito. Os juros e encargos desse tipo de crédito são elevados.
- **Crédito pessoal:** é um empréstimo em dinheiro, podendo ser contratado sem comprovação de renda. A taxa de juros desse tipo de crédito é elevada em virtude do risco para a instituição financeira.
- **Cartões de crédito:** um limite de crédito pré-aprovado no qual os usuários podem realizar compras até o seu limite. Se a fatura do cartão for paga até o vencimento não há incidência de juros e encargos. Também existe a possibilidade de parcelamento do valor da fatura, porém nesse caso incidem juros e encargos elevados.
- **Crédito consignado:** empréstimo concedido a funcionários de empresas privadas, aposentados ou pensionistas do INSS, servidores públicos federais, estaduais, municipais e militares. O desconto das prestações ocorre na folha de pagamento do funcionário e o limite de crédito não deve ultrapassar 30% do salário líquido mensal. Essa modalidade possui juros mais baixos, devido ao menor risco da operação.
- **Crédito direto ao consumidor (CDC):** utilizado para a aquisição de bens e serviços. A quitação é feita mediante prestações mensais, iguais e sucessivas. É uma alternativa de financiamento de veículos, máquinas, equipamentos e serviços diversos.

3. Procedimentos Metodológicos

3.1 Abordagem de pesquisa

A pesquisa foi abordada pelo método quantitativo, que, segundo Richardson (1989), visa quantificar, tanto no levantamento de informações, quanto na análise dos dados obtidos. Esse método de pesquisa tem como objetivo garantir a precisão dos resultados, a fim de evitar distorções de análise. Além disso, é frequentemente utilizado em estudos descritivos, que buscam descobrir relações entre variáveis.

3.2 Estratégia de pesquisa

Foi utilizada a estratégia de pesquisa descritiva, por se tratar de um estudo a fim de verificar a relação entre variáveis.

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma das suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática (GIL, 2002, p.42).

3.3 Unidade de análise

A presente pesquisa tem como foco o estudo da relação entre educação financeira e a propensão ao endividamento. A partir disso, para a unidade de análise da pesquisa foram utilizados respondentes que residam no estado de São Paulo.

3.4 Sujeito da pesquisa

Para a realização da pesquisa foi aplicado um questionário em uma amostra aleatória de 353 pessoas, dentro da faixa etária de 18 a 60 anos, residentes no estado de São Paulo, com o objetivo de verificar se os respondentes possuem conhecimento sobre educação financeira, bem como o nível de endividamento da amostra.

3.5 Instrumento de coleta de dados

O instrumento de coleta de dados utilizado foi o questionário, que possibilitou a identificação de similaridades entre os respondentes. Para Flick (2013), os questionários possuem sequências de perguntas com suas possíveis respostas e, em alguns casos, também são incluídas questões abertas.

3.6 Estratégia para coleta de dados

Para a obtenção dos dados da pesquisa, o método utilizado foi o questionário com perguntas fechadas, facilitando o encontro de semelhanças entre os respondentes.

Richardson (1989), observa que os questionários com perguntas fechadas são aqueles que possuem respostas fixas e preestabelecidas, fazendo com que o respondente escolha a alternativa que mais se encaixa com as suas características e ideias.

3.7 Estratégia para tratamento dos dados

Em virtude de a pesquisa ser abordada pelo método quantitativo, a estratégia de tratamento de dados utilizada foi a análise descritiva, possibilitando a identificação das características contidas na amostra.

A partir de Reis e Reis (2002), a estatística descritiva é empregada a fim de organizar, resumir e descrever características importantes do conjunto de dados. Além disso, a descrição dos dados permite a identificação de dados dispersos, que não seguem a tendência predominante do restante do conjunto.

3.8 Análise dos dados

Por se tratar de uma pesquisa realizada pelo método quantitativo e coleta de dados através de questionário, a análise de dados foi efetuada por meio de análise fatorial, abordada por Hair et al. (2009).

Para Hair et al. (2009), a análise fatorial consiste em uma técnica de interdependência, que tem como objetivo o estabelecimento de relações dentro de conjuntos de variáveis, definindo uma estrutura entre as variáveis presentes na amostra.

4. Análise e discussão dos resultados

Esta seção apresenta os resultados provenientes da pesquisa quantitativa. Serão apresentados neste capítulo a análise dos dados coletados e os resultados obtidos neste estudo.

No questionário há 5 perguntas com o objetivo de coletar os dados demográficos da amostra e 21 perguntas que foram utilizadas para a análise fatorial. As perguntas utilizadas na análise fatorial e os seus respectivos grupos estão exemplificados no quadro 1.

Quadro 1 - Questionário aplicado com os respondentes

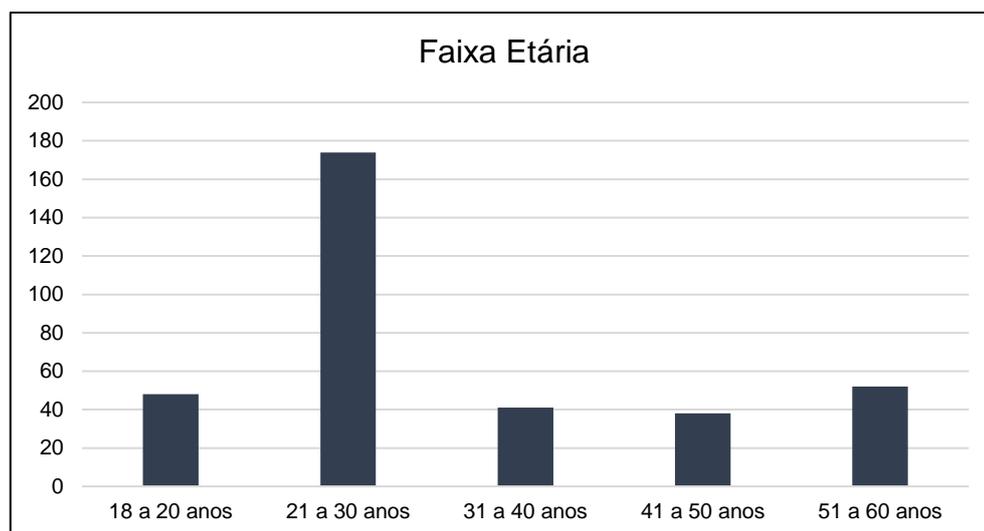
Grupo	Perguntas
Mensurar o comportamento acerca da educação financeira	P1 - Faço planejamento financeiro, a fim de organizar melhor minhas finanças pessoais.
	P2 - Eu costumo guardar uma quantia do meu salário todo mês.
	P3 - Tenho noção dos meus ganhos e por conta disso dificilmente fecho o mês no vermelho.
	P4 - Prefiro comprar à vista ao invés de parcelado, levando em consideração os juros.
	P5 - Eu compro algo financiado, desde que a parcela “caiba no meu bolso”.
	P6 - Eu possuo uma reserva de dinheiro, caso aconteça algum imprevisto.
	P7 - Eu tenho algum tipo de investimento de longo prazo, pensando na minha aposentadoria.
Entender como as pessoas lidam com o endividamento	P8 - Eu realizo o controle das minhas despesas mensais.
	P9 - Acompanho meu score no SERASA/SPC/Boa Vista.
	P10 - Atualmente possuo dívidas em meu nome.
	P11 - Eu me policio para pagar as contas até a data de vencimento.
	P12 - Eu utilizo produtos de crédito (exemplo: empréstimos, cheque especial).
	P13 - Eu utilizaria o cheque especial ou produto de crédito para fechar uma viagem muito esperada.
Mensurar o grau de conhecimento em economia	P14 - O valor pago mensalmente em prestações de empréstimos e financiamentos tem um peso significativo em meu orçamento.
	P15 - Procuo me informar a respeito de possíveis investimentos para alocar o meu dinheiro.
	P16 - Antes de investir procuro me informar a respeito dos riscos provenientes daquele investimento.

P17 - É mais arriscado diversificar a carteira de ações do que comprar ações de uma só empresa.
P18 - Títulos de renda variável são mais arriscados do que títulos de renda fixa.
P19 - A caderneta de poupança é sempre uma boa opção de investimento a longo prazo.
P20 - Você trocaria uma dívida de 12 meses ao custo de 2% a.m. por outra dívida de 18 meses ao custo de 1,5% a.m.
P21 - Suponha que o rendimento líquido de um determinado investimento é de 2% ao ano e a inflação no mesmo período é de 2,5%. Assim, minha rentabilidade real será negativa.

Fonte: Elaborado pelos autores

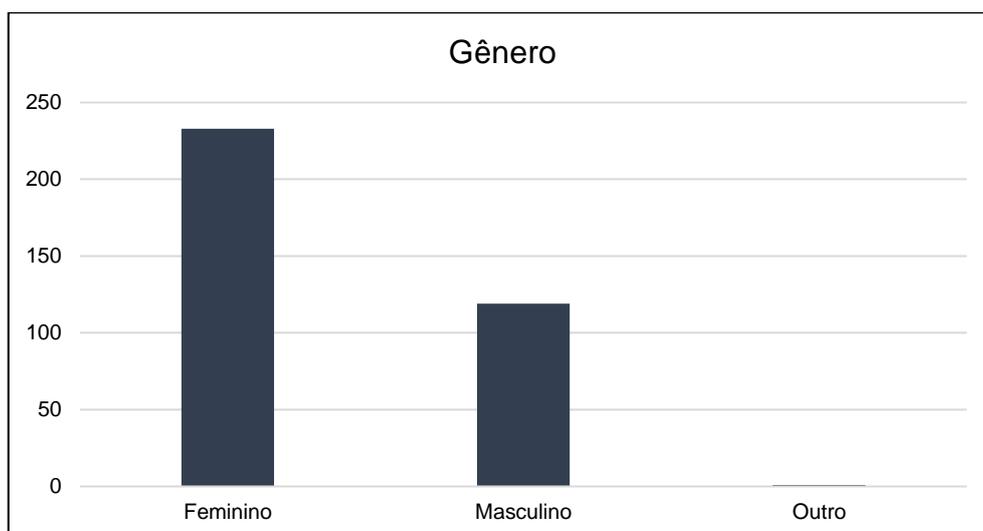
4.1 Dados demográficos

Gráfico 1 - Faixa etária dos respondentes



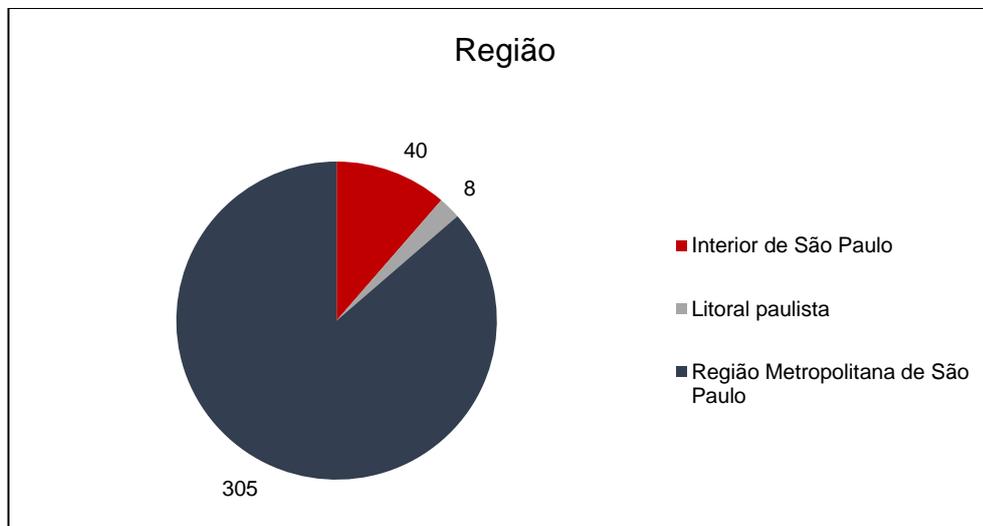
Fonte: Elaborado pelos autores

A faixa etária dos respondentes da pesquisa varia entre 18 a 60 anos e aproximadamente dois terços da amostra possuem até 30 anos de idade. Cerca de 63% dos respondentes possuem de 18 a 30 anos, onde 14% são de 18 a 20 anos e 49% de 21 a 30 anos.

Gráfico 2 - Gênero dos respondentes

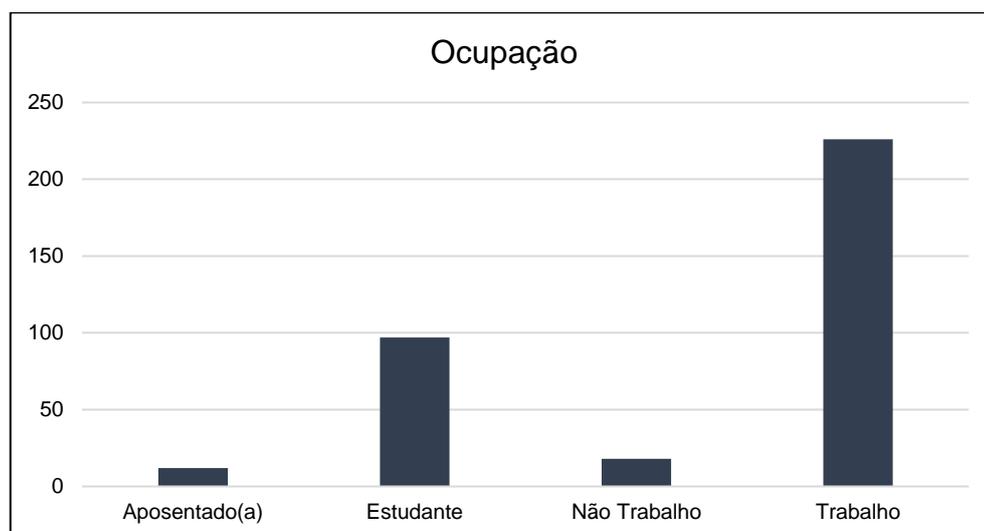
Fonte: Elaborado pelos autores

Dentre os respondentes 66% são do gênero feminino, 34% do gênero masculino e um respondente que não se identifica com nenhum dos dois gêneros.

Gráfico 3 - Região dos respondentes

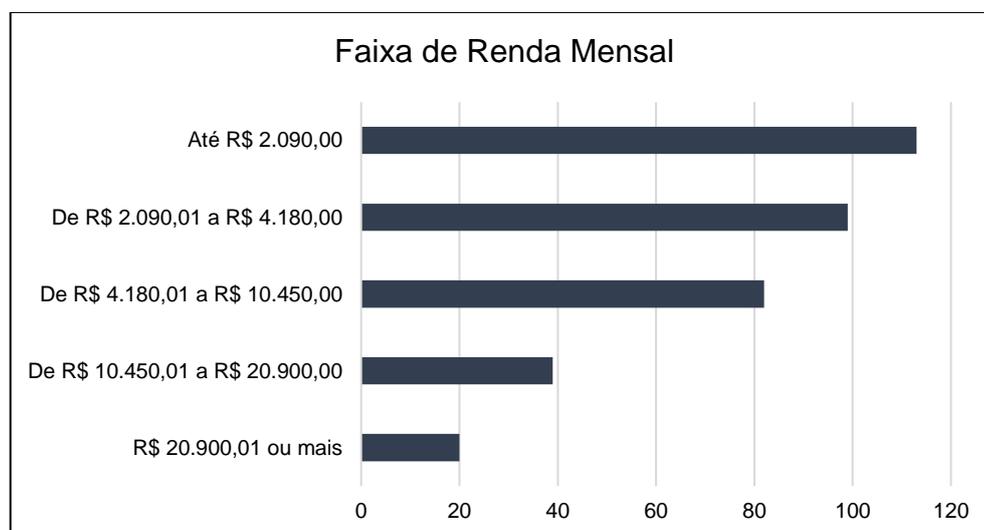
Fonte: Elaborado pelos autores

Dentre os respondentes 86% residem na região metropolitana de São Paulo, 11% vivem no interior do estado e 2% moram no litoral paulista.

Gráfico 4 - Ocupação dos respondentes

Fonte: Elaborado pelos autores

Na pesquisa, 64% dos respondentes trabalham, 27% são estudantes, 5% não trabalham e 3% são aposentados.

Gráfico 5 - Faixa de renda mensal dos respondentes

Fonte: Elaborado pelos autores

Dos respondentes, 60% possuem faixa de renda mensal de até R\$ 4.180,00, sendo 32% até R\$ 2.090,00 e 28% de R\$ 2.090,00 até R\$ 4.180,00. Dos 40% restantes, 23% tem a faixa salarial de R\$ 4.180,01 a R\$ 10.450,00, 11% De R\$ 10.450,01 a R\$ 20.900,00 e 6% R\$ 20.900,01 ou mais.

4.2 Resultados

Foi realizada uma análise fatorial, utilizando o software Stata versão 13, conforme os padrões sugeridos por Fávero e Belfiore (2017). Fávero e Belfiore (2017) afirmam que antes da realização de uma análise fatorial deve ser feita uma adequação global da extração dos fatores. Para isso foi utilizada a estatística Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), que fornece a proporção de

variância considerada comum em todas as variáveis. Essa estatística varia de 0 a 1, sendo que valores próximos de 1 indicam a possibilidade para a realização de uma análise fatorial, pois significam correlações de Pearson altas.

A correlação de Pearson, segundo Fávero e Belfiore (2017), é uma medida do grau da relação linear entre duas variáveis métricas, que podem variar entre -1 e 1, porém um valor muito próximo a 0 indica que a relação linear entre duas variáveis é praticamente inexistente.

A respeito da pesquisa em questão, o valor do KMO, extraído por meio do software Stata, foi de 0,7882. Como o resultado obtido foi próximo de 0,80 a análise fatorial é considerada adequada para a análise dos dados da pesquisa. O quadro 2 apresenta a relação dos valores KMO e a adequação global da análise fatorial.

Quadro 2 - Adequação global da análise fatorial

Estatística KMO	Adequação Global da Análise Fatorial
Menor que 0,50	Inaceitável
0,50 - 0,60	Má
0,60 - 0,70	Razoável
0,70 - 0,80	Média
0,80 - 0,90	Boa
0,90 - 1,00	Muito Boa

Fonte: Fávero e Belfiore, (2017)

Para Fávero e Belfiore (2017), quando há a intenção de trabalhar com variáveis que apresentem coeficientes de correlação relativamente elevados entre si e o objetivo for obter novas variáveis que mostrem o comportamento conjunto das variáveis originais, a análise fatorial é muito útil. Essas novas variáveis são chamadas de “fator” e para os autores, pode ser entendido como “agrupamento de variáveis” a partir de critérios estabelecidos.

Segundo os autores, o método mais utilizado na análise fatorial é conhecido como “componentes principais” que parte do pressuposto que podem ser extraídos fatores não correlacionados a partir de combinações lineares das variáveis originais. Este modelo permite, então, que obtenhamos os fatores a partir de um conjunto de variáveis originais correlacionadas entre si.

Para isso, nesta pesquisa foi utilizado o critério de Kaiser a fim de estabelecer a quantidade de fatores. Fávero e Belfiore (2017) reforçam que no critério de Kaiser são considerados apenas os fatores correspondentes a autovalores maiores que 1, pois fatores que possuem autovalores menores que 1 possivelmente não conseguem representar o comportamento de uma variável original. Por conta disso, nesta pesquisa constavam 12 fatores no total, porém foram considerados 4 fatores, como mostra a tabela 1.

Tabela 1 - Relação entre fator e variância na análise fatorial

Fator	Variância
Fator1	2,10298
Fator2	1,89959
Fator3	1,16967
Fator4	1,10283
Fator5	0,86932

Fonte: Elaborado pelos autores

A respeito das cargas fatoriais, elas são definidas como as correlações entre as variáveis originais e os fatores. Quanto maior a carga fatorial maior a correlação com um determinado fator e elas variam entre 1 e -1, onde um valor negativo representa um impacto inverso no fator. Para definir a carga fatorial é levado em consideração o tamanho da amostra, como está exemplificado na tabela 2.

Tabela 2 - Relação entre carga fatorial e tamanho da amostra

Carga Fatorial	Tamanho da Amostra
0,30	350
0,35	250
0,40	200
0,45	150
0,50	120
0,55	100
0,60	85
0,65	70
0,70	60
0,75	50

Fonte: Hair et al. (2005)

Mediante o tamanho da amostra de 353 respondentes, considerou-se uma margem de segurança e, portanto, foram considerados apenas valores maiores que 0,35, para que se tenha uma maior precisão na análise. Assim sendo, dentre as perguntas presentes no questionário, 5 foram desconsideradas, pois não possuem aderência devido a carga fatorial abaixo de 0,35.

Após o estabelecimento dos quatro fatores pelo critério de Kaiser, as perguntas do questionário foram alocadas entre os fatores, levando em consideração a maior carga fatorial, acima de 0,35. A partir disso, os fatores da amostra foram definidos, sendo eles: educação financeira, investimentos, endividamento e planejamento financeiro, conforme tabela 3.

Tabela 3 – Fatores, perguntas e as respectivas cargas fatoriais

Fator	Perguntas	Carga Fatorial
Fator 1 - Educação Financeira	P2 - Eu costumo guardar uma quantia do meu salário todo mês.	0,7191
	P3 - Tenho noção dos meus ganhos e por conta disso dificilmente fecho o mês no vermelho.	0,5672
	P4 - Prefiro comprar à vista ao invés de parcelado, levando em consideração os juros.	0,3607
	P6 - Eu possuo uma reserva de dinheiro, caso aconteça algum imprevisto.	0,6962
Fator 2 - Investimentos	P7 - Eu tenho algum tipo de investimento de longo prazo, pensando na minha aposentadoria.	0,5502
	P15 - Procuo me informar a respeito de possíveis investimentos para alocar o meu dinheiro.	0,7330
	P16 - Antes de investir procuro me informar a respeito dos riscos provenientes daquele investimento.	0,6249

	P18 - Títulos de renda variável são mais arriscados do que títulos de renda fixa.	0,3918
	P21 - Suponha que o rendimento líquido de um determinado investimento é de 2% ao ano e a inflação no mesmo período é de 2,5%. Assim, minha rentabilidade real será negativa.	0,3820
Fator 3 - Endividamento	P10 - Atualmente possuo dívidas em meu nome.	0,3512
	P12 - Eu utilizo produtos de crédito (exemplo: empréstimos, cheque especial).	0,5146
	P13 - Eu utilizaria o cheque especial ou produto de crédito para fechar uma viagem muito esperada.	0,4715
	P14 - O valor pago mensalmente em prestações de empréstimos e financiamentos tem um peso significativo em meu orçamento.	0,5435
Fator 4 - Planejamento Financeiro	P1 - Faço planejamento financeiro, a fim de organizar melhor minhas finanças pessoais	0,6124
	P8 - Eu realizo o controle das minhas despesas mensais.	0,6430
	P9 - Acompanho meu score no SERASA/SPC/Boa Vista.	0,3745

Fonte: Elaborado pelos autores

Na análise fatorial deve ser considerado também a rotação fatorial, que consiste na manipulação ou ajuste dos eixos fatoriais a fim de conseguir uma solução fatorial mais simples e pragmaticamente mais significativa, cujos fatores sejam mais facilmente interpretáveis.

Para a análise, foi realizado o método de rotação ortogonal conhecido como Varimax, que consiste na minimização da quantidade de variáveis que apresentam elevadas cargas em determinado fator por meio da redistribuição das cargas fatoriais e maximização da variância compartilhada em fatores correspondentes a autovalores mais baixos.

O resultado da rotação de fatores é a redistribuição das cargas fatoriais para fatores que inicialmente apresentavam menores percentuais de variância compartilhada por todas as variáveis originais.

A partir das respostas do questionário foi possível investigar a questão central da pesquisa quantitativa, que consiste na relação entre a falta de educação financeira e a propensão ao endividamento nos residentes do estado de São Paulo. No quadro 4, constam as principais evidências encontradas nas perguntas aderentes presentes no questionário.

Quadro 4 - Principais evidências e resultados

Fator	Perguntas	Principais Evidências
4	P1	72% dos respondentes realizam planejamento financeiro, 10% não realizam e 18% são neutros
1	P2	72% costumam guardar uma quantia do salário todo mês, 14% não e 14% são neutros
1	P3	82% possuem noção dos gastos e dificilmente fecham o mês no vermelho, 9% não e 9% são neutros
1	P4	72% preferem fazer compras à vista, 10% preferem parcelado e 18% são neutros
1	P6	77% possuem uma reserva de dinheiro de emergência, 16% não possuem e 7% são neutros

2	P7	50% possuem algum investimento pensando na aposentadoria, 37% não possuem e 13% são neutros
4	P8	73% realizam o controle das despesas mensais, 10% não realizam e 17% são neutros
4	P9	33% acompanham seu score de crédito, 54% não acompanham e 13% são neutros
3	P10	15% possuem dívidas atualmente, 82% não possuem e 3% são neutros
3	P12	10% utilizam produtos de crédito, 85% não utilizam e 5% são neutros
3	P13	10% utilizariam um produto de crédito para fechar uma viagem, 80% não utilizariam e 10% são neutros
3	P14	17% pagam parcelas de produtos de crédito mensalmente que pesam no bolso, 73% não e 10% são neutros
2	P15	59% procuram se informar sobre investimentos para alocar o seu dinheiro, 20% não e 21% são neutros
2	P16	78% antes de investir procuram se informar a respeito dos riscos, 8% não e 14% são neutros
2	P18	62% afirmaram que títulos de renda variável são mais arriscados dos que os de renda fixa, 9% que os de renda fixa são mais arriscados e 29% são neutros
2	P21	49% afirmou que a rentabilidade real seria negativa, 14% afirmou que seria positiva e 37% são neutros

Fator 1: Educação Financeira; Fator 2: Investimentos; Fator 3: Endividamento e Fator 4: Planejamento Financeiro.

Fonte: Elaborado pelos autores

Concluída a análise fatorial, foram definidos, por meio do critério de Kaiser, os quatro fatores da amostra, levando em consideração a maior carga fatorial (acima de 0,35). Os fatores definidos são: Educação financeira, investimentos, endividamento e planejamento financeiro.

Considerando o fator 1 sobre educação financeira, observa-se uma grande preocupação dos respondentes em poupar uma parte da renda mensal e ter uma reserva financeira para suprir eventuais emergências. Isso revela um comportamento comedido e cauteloso com as próprias finanças, talvez em razão da incerteza e instabilidade do cenário econômico atual. Também, a maioria dos respondentes prefere comprar à vista, reforçando uma preocupação com a alta taxa de juros no Brasil relacionada ao crédito. Tal consequência também é refletida na elevada noção dos gastos pessoais, priorizando menos consumo e mais poupança.

Com relação ao fator investimentos, quase 80% dos respondentes buscam informações sobre investimentos para alocar seus recursos financeiros, bem como os riscos envolvidos em cada investimento. Tal comportamento evidencia uma procura por conhecimento em finanças, abrindo oportunidades para enfatizar a importância do conhecimento na formação de poupança e patrimônio das pessoas e seus benefícios. Por fim, o fator investimentos corrobora que as pessoas estão mais bem informadas a respeito de assuntos relacionados à finanças e investimentos.

O fator endividamento reforça um baixo percentual de endividamento dos respondentes, mostrando uma precaução com as dívidas em excesso. Esse comportamento, do ponto de vista da educação financeira, é elogiável, uma vez que as pessoas estão mais conscientes em relação à tomada de crédito e gastos desnecessários ou não urgentes. Um baixo percentual dos

respondentes tomaria crédito para, por exemplo, realizar uma viagem e 17% dos respondentes afirmam que as parcelas relacionadas ao crédito pesam no orçamento.

Por fim, o fator 4 que trata do planejamento financeiro, indica que mais de 70% dos respondentes realizam planejamento financeiro, o que é um resultado louvável, em se tratando de educação financeira do brasileiro, de forma geral. Adicionalmente, mais de 70% dos respondentes fazem algum tipo de controle financeiro relacionado às despesas mensais, enfatizando o comportamento consciente das decisões financeiras. No entanto, apenas um terço dos respondentes acompanham seu score de crédito, sugerindo que há ainda uma boa oportunidade a ser seguida para que as pessoas passem a acompanhar de forma mais próxima seu perfil de crédito, em razão das disponibilidades de dados e informações oferecidas pelas empresas de proteção ao crédito no Brasil.

5. Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi analisar os impactos da educação financeira frente ao endividamento, visto que há uma elevada porcentagem de pessoas que não controlam suas finanças e de famílias brasileiras endividadas, chegando a um número de 63,2 milhões de brasileiros inadimplentes em abril de 2019.

Procurou-se então, referenciais teóricos para entender o que caracteriza a educação financeira e como aplicá-la, da mesma forma que buscou-se definir o endividamento, suas causas e prevenção. O método de pesquisa utilizado foi quantitativo, com uma estratégia descritiva, feita por meio de um questionário, com uma amostra de 353 respondentes no estado de São Paulo.

De fato, parece que as pessoas estão mais conscientes em relação às suas finanças pessoais. Evidencia-se neste trabalho uma maior preocupação com educação financeira e busca por mais informação e conhecimento por parte das pessoas, que desejam tomar decisões financeiras mais bem elaboradas e equilibradas. Também, há uma maior utilização de planejamento financeiro, tanto de curto quanto de longo prazo, o que é algo um tanto inovador aqui no país. Parte da renda está migrando para a formação de poupança, ao mesmo tempo em que há maior conscientização na tomada de crédito.

Por fim, o presente estudo indica que as pessoas tem se endividado menos e evitando consumo supérfluo ou desnecessário, aliado a uma disposição maior de investir parte da renda, a fim de formar poupança e segurança financeira. Infere-se que aos poucos, assuntos sobre finanças pessoais e educação financeira vêm ganhando importância na vida das pessoas, impactando positivamente seus planejamentos e decisões financeiras.

Dessa forma, este trabalho permite enxergar o quão importante e promissor é o presente tema pesquisado. Ele possibilita diversos questionamentos e pesquisas futuras, como por exemplo a possibilidade de ampliar o questionário, coletar informações qualitativas e entender mais a fundo o nível de conhecimento, as causas das tomadas de decisões financeiras e as suas consequências.

Nota-se também, a importância deste trabalho, a despeito de todas as limitações, quando diversos respondentes solicitaram que fossem enviados os resultados e as análises obtidas, para terem uma noção um pouco mais aprofundada deste tema. Este interesse, aliado à importância da educação financeira de parte dos respondentes, mostra a relevância em fomentar outras pesquisas futuras aqui no país, a fim de contribuir com uma maior conscientização relacionada ao comportamento e educação financeira da população.

Referências

- AGÊNCIA BRASIL, Mariana Tokarnia. **Educação financeira chega ao ensino infantil e fundamental em 2020**. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-12/educacao-financeira-chega-ao-ensino-infantil-e-fundamental-em-2020>>. Acesso em 17 mar. 2020.
- ASSAF NETO, A. **Finanças Corporativas e Valor**, 7ª edição. São Paulo; Editora Atlas S.A, 2014.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL; CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES LOJISTAS; SPC BRASIL. **Educação Financeira: Orçamento pessoal e endividamento**, 2019.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Cidadania Financeira**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira>>. Acesso em 08 abr. 2020.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Empréstimos e Financiamentos**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/folder_serie_I_emprestimos_e_financiamentos.pdf>. Acesso em 22 abr. 2020.
- BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo Parasitário**. Zahar, 2010.
- BREITBACH, E; WALSTAD, W. **Financial Literacy and Financial Behavior among Young Adults in the United States**. In Wuttke E., Seifried J., & Schumann S. (Eds.), *Economic Competence and Financial Literacy of Young Adults: Status and Challenges* (pp. 81-98). Opladen; Berlin; Toronto: Verlag Barbara Budrich. 2016.
- B3. **Educação Financeira**. Disponível em: <http://www.b3.com.br/pt_br/b3/educacao/educacao-financeira/>. Acesso em 08 abr. 2020.
- CNC. **Percentual de famílias com dívidas é menor em fevereiro, mas inadimplência aumenta**. Sumário Econômico. nº. 1611, p. 1-5, março 2020.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES LOJISTAS; SPC BRASIL. **Inadimplentes brasileiros 2018: perfil e comportamento frente às dívidas**. Agosto de 2018.
- COSENZA, Fernando; CALIFE, Flavio. **A história não contada da Educação Financeira no Brasil**. 2014.
- CVM Educacional. **Cursos a distância**. Disponível em: <<http://cursos.cvm.gov.br/>>. Acesso em 08 abr. 2020.
- ENEF. **Conceito de Educação Financeira no Brasil**. Disponível em: <<https://www.vidaedinheiro.gov.br/educacao-financeira-no-brasil/>>. Acesso em 17 mar. 2020.
- ENEF. **Plano Diretor**. Disponível em: <<https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-Estrategia-Nacional-de-Educacao-Financeira.pdf>>. Acesso em 22 abr. 2020.
- ENEF. **Quem somos**. Disponível em: <<https://www.vidaedinheiro.gov.br/quemsomos/>>. Acesso em 31 mar. 2020.
- ENEF. **Relatório anual AEF-Brasil 2018**. Disponível em: <<https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2019/09/relatorio-anual-afbrasil-2018.pdf>>. Acesso em 31 mar. 2020.
- FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P. **Manual de Análise de Dados - Estatística e Modelagem Multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®**. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.
- FEBRABAN. **Pesquisa Febraban de Economia Bancária e Expectativas – Fevereiro de 2020**.
- FERREIRA, R. **Como Planejar, Organizar e Controlar seu Dinheiro**. Thomson IOB. São Paulo: 2006.

- FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes** / Uwe Flick; tradução: Magda Lopes; revisão técnica: Dirceu da Silva. Porto Alegre; Penso, 2013.
- GIL, Antonio Carlos, 1946 – **Como elaborar projetos de pesquisa**. – 4 Ed. – São Paulo; Atlas, 2002.
- GREENBERG M.S. (1980) **A Theory of Indebtedness**. In: Gergen K.J., Greenberg M.S., Willis R.H. (eds) *Social Exchange*. Springer, Boston, MA.
- GREENSPAN, A. **Financial Literacy: A Tool for Economic Progress**. *The Futurist*, v. 36, n.4, p. 37-41, July-Aug. 2002.
- GUTTMANN, Robert; PLIHON, Dominique. **O endividamento do consumidor no cerne do capitalismo conduzido pelas finanças**. *Econ. soc., Campinas*, v. 17, n. spe, p. 575-610, Dec. 2008.
- HAIR et al. **Análise multivariada de dados**. 6.ed. Porto Alegre, Bookman, 2009.
- ISTO É. **Para presidente do BC, parte da inadimplência é por falta de educação financeira**. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/para-presidente-do-bc-parte-da-inadimplencia-e-por-falta-de-educacao-financeira/>>. Acesso em 17 mar. 2020.
- KERR, Roberto Borges. **Mercado financeiro e de capitais**. São Paulo. Pearson, p. 80-81, 2011.
- MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>>. Acesso em 31 mar. 2020.
- OBSERVATÓRIO DO ENDIVIDAMENTO DOS CONSUMIDORES. **Endividamento e sobreendividamento das famílias: Conceitos e estatísticas para sua avaliação**. Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Fev/2002.
- ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira**. 2005.
- REIS, E.A., REIS I.A. (2002) **Análise Descritiva de Dados**. Relatório Técnico do Departamento de Estatística da UFMG. Disponível em: <www.est.ufmg.br>. Acesso em 15 mai. 2020.
- REMUND, D. L. **Financial literacy explicated: the case for a clearer definition in an increasingly complex economy**. *The Journal of Consumer Affairs*, v. 44, n. 2, p. 284, 2010.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.
- SERASA CONSUMIDOR. **O que é Score de Crédito?** Disponível em: <<https://www.serasaconsumidor.com.br/ensina/aumentar-score/o-que-e-score-de-credito/>>. Acesso em 25 mar. 2020.
- SERASA EXPERIAN. **Número de brasileiros com dívidas atrasadas aumenta em 2 milhões e bate novo recorde, releva Serasa Experian**. Disponível em: <<https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/numero-de-brasileiros-com-dividas-atrasadas-aumenta-em-2-milhoes-e-bate-novo-recorde-revela-serasa-experian>>. Acesso em 17 mar. 2020.
- TOLOTTI, M. **As armadilhas do consumo: acabe com o endividamento**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.